

PLANO DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE

2026



PODER,
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS



Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão



Divisão de Acessibilidade e Inclusão
Poder Judiciário do Estado de Alagoas



AGGE
ASSESSORIA DE GOVERNANÇA
E GESTÃO ESTRATÉGICA

Dados da Organização

Razão social: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

Nome fantasia: Alagoas TS

Endereço: Praça Marechal Deodoro, 319, Centro, Maceió/AL


CNPJ: 12.473.062/0001-08

Atividade econômica principal: Administração pública em geral

Ano de Publicação: 2026

Contatos:

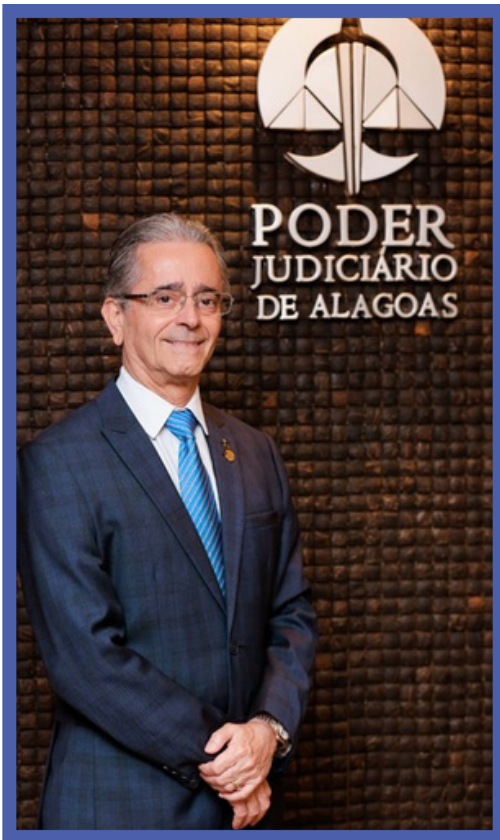
 presidencia@tjal.jus.br

 (82) 4009-3278

 [tjal.oficial](https://www.instagram.com/tjal.oficial)



Informações institucionais:



O Plano de Ações de Acessibilidade para 2026 reafirma o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas com a promoção de uma Justiça verdadeiramente inclusiva, garantindo que todas as pessoas, independentemente de suas limitações, possam exercer plenamente seus direitos; nesse contexto, a atuação integrada da Comissão de Acessibilidade e da Divisão de Acessibilidade é essencial para planejar, implementar e fiscalizar medidas concretas que transformem a acessibilidade em prática permanente e não apenas em diretriz institucional.

Fábio José Bittencourt Araújo
Presidente do TJ/AL

Missão / Visão: promover a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais, assegurando que a prestação jurisdicional seja verdadeiramente acessível, inclusiva e igualitária para todas as pessoas.

Valores institucionais do Plano de Acessibilidade 2026: Inclusão, Igualdade de Oportunidades, Dignidade da Pessoa Humana, Autonomia, Não Discriminação, Inovação, Efetividade, Responsabilidade Social, Transparência e Humanização.

COMPOSIÇÃO

Des. Fábio José Bittencourt Araújo
DESEMBARGADOR-PRESIDENTE

Des. Carlos Cavalcanti de Albuquerque Filho
VICE-PRESIDENTE

Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desa. Elisabeth Carvalho Nascimento

Des. Otávio Leão Praxedes

Des. Alcides Gusmão da Silva

Des. Tutmés Airan de Albuquerque Melo

Des. Klever Rêgo Loureiro

Des. Paulo Barros da Silva Lima

Des. Fernando Tourinho de Omena Souza

Des. João Luiz Azevedo Lessa

Des. Domingos de Araújo Lima Neto

Des. Orlando Rocha Filho

Des. Ivan Vasconcelos Brito Junior

Des. Fábio Costa de Almeida Ferrario

Des. Paulo Zacarias da Silva

Des. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

JUIZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Dra. Lívia Maria Mattos Melo Lima

Dr. Thiago Augusto Lopes de Moraes

Dra. Carolina Sampaio Valões da Rocha Coêlho

COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE

JOÃO LUIZ AZEVEDO LESSA

DESEMBARGADOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE

Magno Vitório de Farias Fragoso

Fabrcício Xavier de Oliveira

Cláudia Lopes Lisboa Souza

Rosana Cavalcante Barros Nogueira

José Adelmo Rodrigues de Melo Filho

Luciana de Omena Souza

Valkiria Malta Gaia Ferreira

Ivana Attanasio Andrade

Marieta Lima de Oliveira

Petra Vieira Fireman

Mirela dos Santos Souza

ELABORAÇÃO:

ASSESSORIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA - AGGE

Clóvis Gomes da Silva Correia

ASSESSOR-CHEFE

DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE

Luciana Ebrahim Melquiades

Maevili Carolina da Silva (estagiária)

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO

Arthur Villas Bôas Costa Tenório (apoio técnico e
diagramação)

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Introdução | 1 |
| Gestão de Acessibilidade | 3 |
| Acessibilidade em Serviços: Gestão de Pessoas | 5 |
| Acessibilidade em Serviços: Saúde e Qualidade | 7 |
| Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística | 8 |
| Acessibilidade Tecnológica | 10 |
| Acessibilidade em Serviços: Capacitações | 11 |
| Acessibilidade Comunicacional | 12 |
| Conclusão | 13 |

INTRODUÇÃO: O COMPROMISSO COM A JUSTIÇA INCLUSIVA

A construção de um Judiciário acessível e humano não é apenas uma meta administrativa, mas um imperativo constitucional e um dever ético. No âmbito do Poder Judiciário do Estado de Alagoas (TJAL), este compromisso ganha forma e substância através do programa TJ Sem Barreiras, instituído pela Resolução TJAL nº 07/2025.

Este Plano de Ações fundamenta-se nas diretrizes nacionais estabelecidas pela Resolução CNJ nº 401/2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário. O objetivo central é a eliminação sistemática de barreiras — sejam elas arquitetônicas, tecnológicas, comunicacionais ou, primordialmente, atitudinais.

1.1. Alinhamento Normativo e Estratégico

O presente plano não atua de forma isolada, mas integra uma rede de normativos que sustentam a dignidade da pessoa humana e o acesso pleno à justiça:

Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015): Norteia a autonomia e o exercício de direitos em igualdade de condições.

Resolução CNJ nº 401/2021: Estabelece indicadores de desempenho e a obrigatoriedade de acessibilidade digital e física.

Resolução TJAL nº 07/2025 (TJ Sem Barreiras): Consolida a política interna de inclusão, criando fluxos específicos, como a adequação das condições de trabalho para magistrados e servidores com deficiência ou necessidades especiais.

1.2. A Visão do TJAL: Para além das Rampas

O TJAL compreende que a acessibilidade é multidimensional. Para servidores com dificuldades sensoriais, como baixa visão ou restrições de mobilidade, e para o jurisdicionado que busca o amparo da lei, o Tribunal se compromete a:

Acessibilidade Digital: Garantir que portais e sistemas processuais (PJe) sejam plenamente compatíveis com tecnologias assistivas, como o software Rybená.

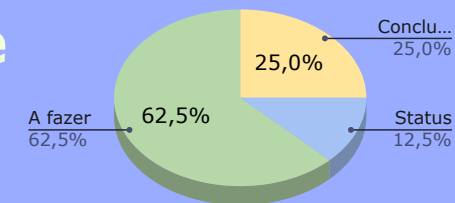
Acessibilidade Atitudinal: Promover capacitações contínuas, como as oficinas de Libras e sensibilização sobre neurodiversidade, combatendo o capacitismo estrutural.

Acessibilidade Arquitetônica: Assegurar que as comarcas da Capital e do Interior ofereçam rotas acessíveis e ambientes adaptados com autonomia total.

1.3. Propósito deste Plano

Este documento detalha as ações, os prazos e os responsáveis por transformar as diretrizes da Resolução TJAL 07/2025 em resultados tangíveis. Ao reconhecer os desafios orçamentários e logísticos, o TJAL reafirma sua missão de ser um Tribunal onde a justiça não encontra barreiras e onde cada servidor e cidadão, independentemente de sua condição funcional ou física, seja acolhido com equidade e respeito.

PLANO DE AÇÃO - DAI/CPAI/AGGE - Gestão em Acessibilidade



Descrição da ação: Elaboração de Relatório, Planejamento de ações para 2026

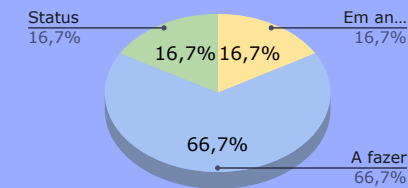
Participantes: DAI, Comissão de Acessibilidade, AGGE

Período: 2026

| Ações | Responsável | Cronograma | Metas | Local | Objetivos | Status | Recurso necessário |
|---|------------------------------------|------------------------------------|---|-------------|---|-----------|---------------------|
| Reunião para validação do Relatório de Acessibilidade de 2025 | DAI/ Comissão de Acessibilidade | de 10 de janeiro até 31 de janeiro | Apresentar ações de 2025, corrigir possíveis falhas, lacunas de ação, buscar validação da Comissão de Acessibilidade. | google meet | <ul style="list-style-type: none"> - Realizar reunião para apresentação de relatório de desempenho. - Buscar, junto à Comissão de Acessibilidade, a aprovação do Relatório de desempenho de 2025. | Concluída | recursos econômicos |
| Elaboração do Plano Ações de Acessibilidade para 2026 | DAI/AGGE | de fevereiro até março | Estabelecer novas estratégias de ações em acessibilidade, considerando a realidade local. | AGGE | <ul style="list-style-type: none"> - Alterar o formato de apresentação do Plano Anual de Ações. - Dicotir ações de capacitação em acessibilidade. - Relacionar ações de sensibilização e conscientização. - Comparar dados do plano de ações 2024/2025. | Concluída | recursos econômicos |

| Ações | Responsável | Cronograma | Metas | Local | Objetivos | Status | Recurso necessário |
|--|--|-------------------|--|------------|---|---------|---------------------|
| Implementação (reunião e discussão) do Plano de Ações, junto aos setores responsáveis, em atendimento à Res. CNJ 401 | DAI/DAGP/DARAD/ SUB- DIREÇÃO/ CEIJ | de janeiro a maio | Atender ao disposto na Res CNJ 401 e Res TJAL 07/2025 | TJ/AL SEDE | - Capacitar em normativos sobre Acessibilidade e Inclusão. - Capacitar em Libras. - Capacitar em Anticapacitismo. | A fazer | recursos econômicos |
| | | | | | - Implantar grupo de trabalho para estudo e análise de viabilidade de ampliação de vagas para PCDs junto às empresas terceirizadas e ao projeto menor aprendiz. | A fazer | recursos econômicos |
| | | | | | - Realizar levantamento de servidores, quadro auxiliar cujos dependentes são pessoas com deficiência. | A fazer | recursos econômicos |
| | DAI/AGGE/ ESTATÍSTICA | de março a junho | Recriar um sistema que reúna informações sobre PCDs em tempo real. | TJ/AL SEDE | - Reestruturar base de dados sobre PCDs mais robusta. - Recriação de BI de Acessibilidade do TJAL que forneça informações em tempo real. | A fazer | recursos econômicos |
| | DAI/AGGE/DIATI/DG | de março a abril | Realocar ícone de acessibilidade no Portal do Poder Judiciário. | | - Criar atalho de acessibilidade na página principal do TJ/AL. - Determinar layout e estrutura de informações para a área de acessibilidade. | A fazer | recursos econômicos |

PLANO DE AÇÃO - DAI/ DAGP/SUBDIREÇÃO/DARAD/CEIJ - Acessibilidade em serviços



Descrição da ação: Atualizar a estrutura de dados de PCDs, Capacitar áreas estratégicas

Participantes: DAI, AGGE, DAGP, SUBDIREÇÃO, DARAD, CEIJ

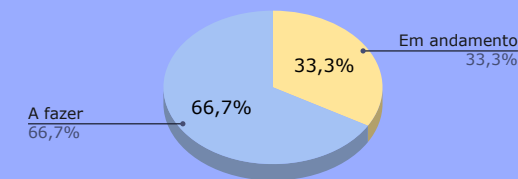
Período: 2026

| Ações | Responsável | Cronograma | Metas | Local | Objetivos | Status | Recurso necessário |
|---|-------------------------------|------------------------------|---|------------|--|--------------|---------------------|
| Atualizar a estrutura de dados sobre PCDs que englobe servidores, terceirizados, estagiários e menor aprendiz | DAGP, CEIJ, SUBDIREÇÃO, DIATI | contínuo | Tornar acessíveis em tempo real os dados sobre PCDs | TJ/AL SEDE | <ul style="list-style-type: none"> - Incluir, na estrutura de dados: terceirizados, menor aprendiz. - Levantamento de servidores cujos dependentes são PCDs. - Mensalmente, atualizar os dados, tendo em vista a rotatividade de terceirizados e estagiários. | Em andamento | recursos econômicos |
| Capacitar a equipe da DAGP para o atendimento de PCDs | DAGP | de 1º de abril a 30 de abril | Melhorar a qualidade do atendimento ao servidor PCD | TJ/AL SEDE | <ul style="list-style-type: none"> - Realizar capacitação continuada em Libras. - Realizar capacitação em Diagnóstico Biopsicossocial. | A fazer | recursos econômicos |
| Capacitar a equipe do CEIJ para o atendimento de PCDs | CEIJ | de 1º de abril a 30 de abril | Melhorar a qualidade do atendimento ao menor aprendiz PCD | TJ/AL SEDE | <ul style="list-style-type: none"> - Realizar capacitação em normativos sobre Acessibilidade e Inclusão, anticapacitismo e Libras. - Elaborar protocolo de atendimento a pessoas surdas ou com deficiência visual. | A fazer | recursos econômicos |

| Ações | Responsável | Cronograma | Metas | Local | Objetivos | Status | Recurso necessário |
|--|-------------------------------|------------------------------|---|------------|---|---------|---------------------|
| Capacitar a equipe do DARAD para o atendimento de terceirizados que sejam PCDs | DARAD/SUBDIREÇÃO | de 1º de abril a 30 de abril | Melhorar a qualidade do atendimento ao terceirizado PCD | TJ/AL SEDE | <ul style="list-style-type: none"> - Capacitar em normativos sobre Acessibilidade e Inclusão, anticapacitismo e Libras. - Elaborar protocolo de atendimento a pessoas surdas ou com deficiência visual nas recepções do TJAL. | A fazer | recursos econômicos |
| Estudo conjunto para propor ampliação de contratação de PCDs | DAGP, CEIJ, SUBDIREÇÃO, DARAD | de abril a maio | Ampliar em até 5% o quadro de PCDs como prestadores de serviços | TJ/AL SEDE | <ul style="list-style-type: none"> - Criar grupo de trabalho para estudo e análise de viabilidade de ampliação de vagas para PCDs junto às empresas terceirizadas e ao projeto menor aprendiz. - Elaborar projeto. | A fazer | recursos econômicos |

PLANO DE AÇÃO - DAI/DASQV - Acessibilidade em serviços

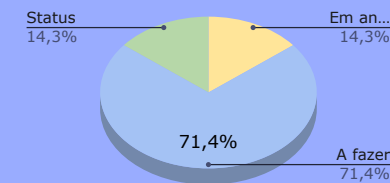
Descrição da ação: Análse de dados, avaliações periódicas com PCDs, diagnóstico biopsicossocial



| | |
|-----------------------|-------------------------|
| Participantes: | DAI, DASQV, DAGP |
| Período: | 2026 |

| Ações | Responsável | Cronograma | Metas | Local | Objetivos | Status | Recurso necessário |
|--|---------------------|------------------|---|------------|--|--------------|---------------------|
| Atualizar e manter a estrutura de dados sobre PCDs que englobe servidores, terceirizados, estagiários e menor aprendiz | DAI/DASQV/DAGP/CEIJ | contínuo | Tornar acessíveis em tempo real os dados sobre PCDs | TJ/AL SEDE | <ul style="list-style-type: none"> - Incluir, na estrutura de dados: terceirizados, menor aprendiz - Levantar dados de servidores cujos dependentes são PCDs - Mensalmente, atualizar os dados, tendo em vista a rotatividade de terceirizados e estagiários. | Em andamento | recursos econômicos |
| Realizar periodicamente avaliação de PCDs | DASQV | contínuo | Realizar avaliação biopsicossocial periódica | TJ/AL SEDE | <ul style="list-style-type: none"> - Avaliar estrutura de dados para gestão sobre PCDs, no âmbito da DASQV - Analisar melhorias no acompanhamento da avaliação biopsicossocial periódica no âmbito da DASQV. | A fazer | recursos econômicos |
| Capacitação em diagnóstico biopsicossocial | DAI/DASQV/DAGP | julho a setembro | Capacitar continuamente os profissionais que realizam avaliação biopsicossocial periódica | TJ/AL SEDE | Capacitar profissionais das áreas de Psicologia, Assistência Social e Médica para atualização de diagnóstico biopsicossocial. | A fazer | recursos econômicos |

PLANO DE AÇÃO - DAI/ DINFRA- Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística



Descrição da ação: Análse de barreiras arquitetônicas e urbanísticas e promoção de adaptações razoáveis

Participantes: DAI, DINFRA, PATRIMÔNIO, DASQV

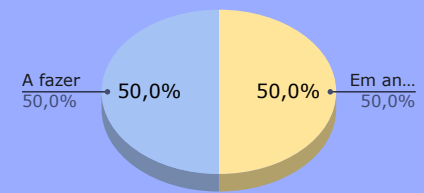
Período: 2026

| Ações | Responsável | Cronograma | Metas | Local | Objetivos | Status | Recurso necessário |
|---|-------------|----------------------|--|-------------------------------|--|--------------|---------------------|
| Atualizar os dados sobre barreiras arquitetônicas, urbanísticas | DAI/DINFRA | de fevereiro a abril | Conhecer as limitações vivenciadas por PCDs no tocante à estrutura física do ambiente de trabalho. | TJ/AL SEDE | <ul style="list-style-type: none"> - Atualizar o mapeamento da estrutura física da SEDE, CGJ, Ouvidoria do TJAL - Levantar as principais barreiras arquitetônicas - Alimentar do Painei da Acessibilidade | Em andamento | recursos econômicos |
| | | de abril a maio | Conhecer as limitações vivenciadas por PCDs no tocante à estrutura física do ambiente de trabalho. | FORUM DA CAPITAL | <ul style="list-style-type: none"> - Atualizar o mapeamento da estrutura física do FORUM DA CAPITAL - Levantar as principais barreiras arquitetônicas - Alimentar o Painei da Acessibilidade | A fazer | recursos econômicos |
| | | julho/agosto | Conhecer as limitações vivenciadas por PCDs no tocante à estrutura física do ambiente de trabalho. | JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL | <ul style="list-style-type: none"> - Atualizar mapeamento da estrutura física dos JUIZADOS ESPECIAIS da Capital - Levantar principais barreiras arquitetônicas - Alimentar Painei da Acessibilidade | A fazer | recursos econômicos |

| Ações | Responsável | Cronograma | Metas | Local | Objetivos | Status | Recurso necessário |
|---|------------------------------|------------------------|---|---|---|---------|----------------------------|
| Propor adaptações razoáveis | DAI/DINFRA/PATRIMÔNIO | setembro/outubro | Levantar quais adaptações razoáveis são necessárias nos ambientes laborais. | TJ/AL SEDE e FORUM DA CAPITAL | - Implementar política de Rota Acessível (Res 401/21) nos corredores do TJ/AL e Forum Capital - Levantar adaptações de mobiliário a realizar para 2026/2027 | A fazer | recursos econômicos |
| Análise de obras | DAI/DINFRA | 1º junho a 15 de junho | Avaliar o plano de obras/reformas e adequações em torno da acessibilidade. | TJ/AL SEDE, FORUM DA CAPITAL, CENTRO ADMINISTRATIVO | - Levantamento de adaptações arquitetônicas a realizar/realizadas entre 2025/2026, considerando o planejamento interno e as limitações orçamentárias. | A fazer | recursos econômicos |
| Levantamento de vagas reservadas para PCDs | DAI/DINFRA | de março a maio | Verificar o percentual de vagas reservadas. | PODER JUDICIÁRIO | - Levantamento de quantitativo e percentual de vagas em estacionamento para PCDs nas sedes do Poder Judiciário, verificando se atende ao percentual estabelecido em lei. - Arquivos de imagem de disposição/atendimento de vagas para PCDs nas comarcas de interior. | A fazer | recursos econômicos |

PLANO DE AÇÃO - DAI/DIATI - Acessibilidade Tecnológica

Descrição da ação: Análse de estrutura de dados, alimentação em tempo real, BI

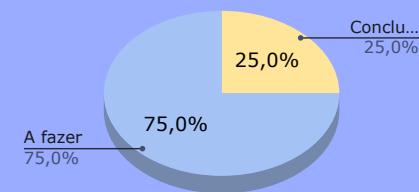


| | |
|-----------------------|-------------------|
| Participantes: | DAI, DIATI |
| Período: | 2026 |

| Ações | Responsável | Cronograma | Metas | Local | Objetivos | Status | Recurso necessário |
|---|--------------|-----------------|--|------------|---|--------------|---------------------|
| Refazer a estrutura atual de dados | DAI/DIATI | contínuo | Tornar acessíveis e unificados os dados sobre PCDs | TJ/AL SEDE | - Atualizar dados de PCDs, incluindo localização, tipo de deficiência e grau de deficiência, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação. | Em andamento | recursos econômicos |
| | DAI/DIATI | contínuo | Unificar dados sobre PCDs com geolocalização | | - Unificar base de dados sobre PCDs para incluir TERCEIRIZADOS, MENOR APRENDIZ, SERVIDORES COM DEPENDENTE PCDs. | A fazer | recursos econômicos |
| Aquisição de software de Acessibilidade | DAI/DIATI/DG | janeiro a março | Ampliar acessibilidade no Portal do Poder Judiciário por meio de solução em TIC. | TJ/AL SEDE | - Processo de aquisição de software Rybená - Implantação no Portal. | Em andamento | recursos econômicos |
| Recursos de tecnologia Assistiva | DAI/DIATI/DG | abril a agosto | Reavaliar as tecnologias assistivas implementadas. | TJ/AL SEDE | - Avaliar aquisição de equipamentos e acessórios para pessoas com baixa visão - Instalar equipamentos e acessórios - Capacitar PCDs para o uso de novas ferramentas - Avaliar o uso de IA em acessibilidade tecnológica e comunicacional | A fazer | recursos econômicos |

PLANO DE AÇÃO - DAI/ESMAL - Acessibilidade em capacitações

Descrição da ação: capacitações pela Escola da Magistratura

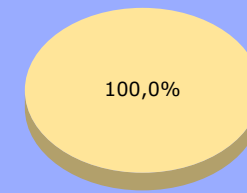


| | |
|-----------------------|-------------------------|
| Participantes: | DAI, ESMAL, AGGE |
| Período: | 2026 |

| Ações | Responsável | Cronograma | Metas | Local | Objetivos | Status | Recurso necessário |
|---|-------------|------------------|--|-------|--|-----------|---------------------|
| Capacitações exigidas pela Res CNJ 401, TJAL 07 e Prêmio CNJ de Qualidade | DAI/AGGE | janeiro | Relacionar capacitações anuais em acessibilidade | AGGE | Levantar as capacitações exigidas pelos normativos mencionados e enviar para ESMAL. | Concluída | recursos econômicos |
| Capacitação em diagnóstico biopsicossocial | DAI/ESMAL | julho a setembro | Remodelar o diagnóstico biopsicossocial | ESMAL | Elaborar nova capacitação em diagnóstico biopsicossocial em setores estratégicos. | A fazer | recursos econômicos |
| Capacitação de Gestores, Diretores | DAI/ESMAL | 2º semestre | Capacitar as lideranças para implementar um visão sistêmica em acessibilidade. | ESMAL | Elaborar capacitação em Liderança Inclusiva | A fazer | recursos econômicos |
| Capacitação de magistrados | DAI/ESMAL | 2º semestre | Implementar novo protocolo de julgamento de acordo com a realidade local | ESMAL | Realizar capacitação em Protocolo de Julgamento sob a perspectiva da pessoa com deficiência. | A fazer | recursos econômicos |

PLANO DE AÇÃO - DAI/DICOM - Acessibilidade Comunicacional

Descrição da ação: Ações de sensibilização para ampliar a acessibilidade comunicacional



| | |
|-----------------------|-------------------------|
| Participantes: | DAI, CPAI, DICOM |
| Período: | 2026 |

| Ações | Responsável | Cronograma | Metas | Local | Objetivos | Status | Recurso necessário |
|---|------------------|---------------|--|-------|--|---------|----------------------------|
| Capacitações em comunicação acessível | DAI/DICOM | abril a junho | Treinar Servidores para Produção de Conteúdo Acessível | DICOM | Treinar colaboradores do setor de Comunicação em boas práticas de acessibilidade. | A fazer | recursos econômicos |
| Acessibilidade nos vídeos e textos (TV e Portal) | DAI/DICOM | contínuo | Manter as transmissões de grandes eventos ao vivo acessíveis, com inclusão de Libras, até o final de 2025 e ajustar a descrição de imagens, links e arquivos no portal do TJAL | DICOM | Viabilizar a transmissão de grandes eventos institucionais pelo Youtube doTJAL de forma acessível, com recursos como interpretação em Libras, legendas e audiodescrição. | A fazer | recursos econômicos |

CONCLUSÃO: DIRETRIZES E METAS PARA UMA JUSTIÇA PLENA

A implementação do Plano de Ações em Acessibilidade do Poder Judiciário de Alagoas não se encerra com a entrega de relatórios, mas se consolida como um ciclo contínuo de melhoria institucional. A conquista do Selo de Inclusão e o advento da Resolução TJAL nº 07/2025 estabelecem um novo patamar de exigência, onde a eficiência da prestação jurisdicional está intrinsecamente ligada à capacidade do Tribunal em acolher a diversidade de seus servidores e cidadãos.

Para o próximo ciclo de gestão, ficam evidenciadas as seguintes metas estratégicas, segmentadas pelos pilares da acessibilidade:

1. Meta de Gestão e Governança

Institucionalização do Fluxo SAI: Consolidar o sistema de adequação das condições de trabalho, garantindo que 100% das solicitações de magistrados e servidores com deficiência (como casos de baixa visão acentuada e mobilidade reduzida) sejam analisadas por equipe multidisciplinar em prazo não superior a 60 dias.

Monitoramento de Dados: Atualizar semestralmente o censo de servidores PcD para reduzir a subnotificação e embasar políticas de reserva de vagas e cotas de estágio.

2. Meta de Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística

Universalização do Acesso: Adaptar 100% das rotas de circulação nas comarcas de entrância final e avançar no cronograma de reformas das unidades do interior, priorizando a instalação de sinalização tátil, avisos sonoros e banheiros acessíveis.

Manutenção Preventiva: Estabelecer um calendário rigoroso de manutenção para elevadores e plataformas elevatórias, mitigando barreiras físicas temporárias.

3. Meta de Acessibilidade Tecnológica

Plena Funcionalidade Digital: Manter a atualização contínua do software Rybená e garantir que todos os novos sistemas desenvolvidos pela STI (Secretaria de Tecnologia da Informação) sigam o padrão Accessibility by Design.

Ergonomia Visual: Prover equipamentos de hardware específicos (monitores de alta definição e teclados de alto contraste) para servidores com baixa visão, reduzindo a fadiga laboral e promovendo a equidade produtiva.

4. Meta de Acessibilidade Comunicacional

Expansão da Libras: Ampliar o quadro de servidores capacitados em Libras Jurídica, visando atingir o índice de 5% de pessoal em todas as unidades de atendimento ao público.

Linguagem Simples: Adotar, junto ao Laboratório de Inovação, diretrizes de Linguagem Simples e Direito Visual (Legal Design) em mandados e comunicações processuais, facilitando a compreensão para pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva.

5. Meta de Acessibilidade Atitudinal

Combate ao Capacitismo: Realizar ciclos anuais de sensibilização e a Feira das Famílias Atípicas, transformando o ambiente organizacional em um espaço livre de preconceitos e estigmas.

Capacitação Continuada: Tornar constantes os módulos de acessibilidade e inclusão nos cursos de formação de novos servidores e no aperfeiçoamento de magistrados.

Em suma, o TJAL reafirma que a acessibilidade não é um custo, mas um investimento na cidadania. Ao eliminar barreiras, o Tribunal de Justiça de Alagoas cumpre sua missão primordial: garantir que a lei seja igual para todos, e que o acesso a ela seja, de fato, universal.



Acesse nosso Portal da Estratégia:

<https://apmp.tjal.jus.br>

Fale conosco:

